



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB

FACULDADE UnB PLANALTINA – FUP

LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO – LEdoC

CLAUDIA CRISTHIANE DA SILVA

INSTITUIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO: O CASO DA
ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO SÃO JOSÉ, NOVA MUTUM/MT

PLANALTINA - DF

2013

CLAUDIA CRISTHIANE DA SILVA

INSTITUIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO: O CASO DA
ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO SÃO JOSÉ, NOVA MUTUM/MT

Monografia apresentada no Curso de Graduação Licenciatura em Educação do Campo da Universidade de Brasília, Faculdade UnB Planaltina, como requisito parcial de obtenção ao título de Licenciada em Educação do Campo habilitação na área de Ciências da Natureza e Matemática.

Orientador: Profº. Drº. Jair Reck

PLANALTINA – DF

2013

CLAUDIA CRISTHIANE DA SILVA

INSTITUIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO: O CASO DA
ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO SÃO JOSÉ, NOVA MUTUM/MT

Trabalho de Conclusão de Curso, aprovado como requisito parcial para obtenção do grau
Licenciada em Educação do Campo do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da
Universidade de Brasília, Faculdade UnB Planaltina.

Habilitação: Ciências da Natureza e Matemática

Data de Aprovação

____/____/____

Banca Examinadora:

Orientador: Profº. Drº. Jair Reck

Profº. Drº. João Batista Pereira de Queiroz

Profº. Ms. Tiago Manggini

A tod@s que lutaram e lutam por uma Educação do/no Campo!

Agradeço,

A Deus, pelo amor infinito!

A minha família, especialmente aos meus pais Vilmar e Jane, minhas irmãs, Michelli, Letícia e a pequena Giovanna que muitas vezes não me deixava escrever. Muito obrigada pelo carinho e pelo apoio!

Aos meus queridos educadores e queridas educadoras do curso de Licenciatura em Educação do Campo, especialmente ao meu orientador Jair Reck, obrigada pelo apoio e por me mostrar os caminhos !

A banca examinadora, professor João Batista e Tiago Manggini!

Todos (as) professores (as), funcionários(as) e alun@s da Escola Municipal do Campo São José, em especial a Cleusimar Claudia da Silva, e a minha BFF Nádia, obrigada pela compreensão e pelo apoio.

Aos/as colegas de curso, compartilhamos momentos maravilhosos, especialmente a Cristiane, Keyla, Leda, Eloiza, Valquíria, Elizângela, Neuzinha, Dina, Junior, Lorrani, e Sandra, obrigada pelo apoio, pelas broncas, pelas bagunças, vocês são muito importantes! A caminhada não seria a mesma sem vocês!

A tod@s que lutaram e lutam por uma Educação do e no Campo...

Muito OBRIGADA a tod@s que de uma forma ou de outra contribuíram com a conclusão desta etapa, afinal, “sonho que se sonha só, é só um sonho que se sonha só, mas sonho que se sonha junto é realidade! ” Raul Seixas

Construtores do Futuro

Eu quero uma escola do campo
Que tenha a ver com a vida da gente
Querida e organizada
E conduzida coletivamente
Eu quero uma escola do campo
Que não enxergue apenas equações
Que tenha como “chave mestra”
O trabalho e os mutirões
Eu quero uma escola do campo
Que não tenha cercas que não tenha muros
Onde iremos aprender
A sermos construtores do futuro
Eu quero uma escola do campo
Onde o saber não seja limitado
Que a gente possa ver o todo
E possa compreender os lados
Eu quero uma escola do campo
Onde esteja o ciclo de nossa semente
Que seja como a nossa casa
Que não seja como a casa alheia

(Gilvan Santos)

A vida verdadeira

(Thiago de Mello)

Pois aqui está a minha vida.

Pronta para ser usada.

Vida que não se guarda
nem se esquivava, assustada

Vida sempre a serviço
[da vida.

Pra servir ao que vale
a pena e o preço do amor.
Ainda que o gesto me doa,
não encolho a mão: avanço
levando um ramo de sol.

Mesmo enrolada de pó,
dentro da noite mais fria,
a vida que vai comigo
é fogo:

está sempre acesa.

Vem da terra dos barrancos
o jeito doce e violento
da minha vida: esse gosto
da água negra transparente
(...)

Nas águas da minha infância
perdi o medo entre os rebojos.

Por isso avanço cantando.

Estou no centro do rio,
estou no meio da praça.

Piso firme no meu chão,
sei que estou no meu lugar,
como a panela no fogo
e a estrela na escuridão.

O que passou não conta?, indagação

as bocas desprovidas.

Não deixa de valer nunca.

O que passou ensina com sua garra e seu mel.

Por isso é que agora vou assim

no meu caminho. (...)

Não, não tenho caminho novo.

O que tenho de novo

é o jeito de caminhar.

Aprendi

(o caminho me ensinou)

a caminhar cantando

como convém

a mim

e aos que vão comigo.

Pois já não vou mais sozinho.

(...)

LISTA DE ABREVIATURAS

AAFERG – Associação dos/as Agricultores/as Familiares e Extrativistas da Ribeirão Grande;
CNE – Conselho Nacional de Educação;
EdoC – Educação do Campo;
E. M. C. S. J. – Escola Municipal do Campo São José;
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;
LDB – Lei de Diretrizes e Bases;
LEDOC – Licenciatura em Educação do Campo;
MEC – Ministério da Educação e Cultura;
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra;
PA – Projeto de Assentamento;
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária;
PNE – Plano Nacional de Educação;
PPP – Planejamento Político Pedagógico;
SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade;
STTR – LRV – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Lucas do Rio Verde;
TC – Tempo Comunidade;
TE – Tempo Escola;
UNB – Universidade de Brasília;
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura;
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância.

Resumo

O presente trabalho buscou compreender a dinâmica de construção, implantação e execução de políticas públicas para a Educação do Campo, e as consequências dessa Política Pública para a vivência dos princípios políticos e pedagógicos da Educação do Campo na Escola Municipal São José. Buscaram – se subsídios para a realização deste estudo na pesquisa qualitativa para análise de dados através do estudo de caso da Escola Municipal do Campo São José, em que o projeto de Educação do Campo simplesmente foi implantado, sem nenhuma formação específica sobre Educação do Campo aos educadores (as), o que dificultou e ainda dificulta sua execução. Alguns educadores (as), mesmo estando na escola há muito tempo, não sabem do processo de luta por políticas públicas voltadas aos povos do campo, até pelo fato de não fazerem parte desta luta. Os princípios políticos e pedagógicos da Educação do Campo também muitas vezes não são vivenciados pela falta de conhecimento e interesse de educandos(as) e educadores(as), no entanto, algumas práticas tem sido válidas para o processo de ensino aprendizagem, pois buscam valorizar a realidade em que estão inseridos.

Palavras-Chave: Aprendizagem sócio-política. Educação do Campo. Políticas Públicas.

Abstract

The present study sought to understand the dynamics of construction, deployment and execution of public policies for Field Education , and the consequences of public policy for the life of the political and pedagogical principles of Field Education at City College San Jose Seek - if subsidies for this study in qualitative research for data analysis through the case study of the Municipal School of St. Joseph Field , where the design of Field Education was simply deployed without any specific training on Rural Education educators (as) , making it difficult and even hinders its implementation . Some educators (as), even being in school a long time do not know the fight for public policies aimed at the people of the countryside , even because they are not part of this struggle process. The political and pedagogical principles of the Field Education also often are not experienced by the lack of knowledge and interest of learners (as) and educators (as), however , some practices have been valid for the teaching-learning process because seek to enhance the reality in which they live .

Keywords : Learning sociopolitical . Field Education . Public Policy .

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I – EDUCAÇÃO DO CAMPO; POLÍTICAS PÚBLICAS.....	15
1.1 - Políticas Públicas: Uma Visão Panorâmica.....	15
1.2 – Breve Histórico da Educação Do Campo Como Política Pública.....	17
CAPÍTULO II – PRINCÍPIOS POLÍTICOS E PEDAGÓGICOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	21
CAPÍTULO III - AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DE NOVA MUTUM – MT.....	30
3.1 - A Gleba Ribeirão Grande: Breve Histórico.....	30
3.2 - Escola Municipal do Campo São José e o Projeto de Educação do Campo.....	31
3.3 – As Consequências da Implantação do Projeto de Educação do Campo.....	34
3.3.1 – Como o projeto de Educação do Campo foi implantado na Escola.....	34
3.3.2 – Princípios políticos e pedagógicos da Educação do Campo; A escola vivencia estes princípios? Por quê? Como? Onde?.....	37
3.3.3 – A dificuldades encontradas ao decorrer da implantação do projeto.....	39
3.3.4 – A política para a Educação do Campo está sendo efetivada, monitorada e avaliada...	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	46

INTRODUÇÃO

Percebemos que mesmo a educação sendo um direito garantido constitucionalmente, nem todos têm acesso principalmente quando se trata de educação do campo. Ainda hoje em muitas escolas, principalmente nas áreas rurais, não é comum um projeto de educação que contribua com o desenvolvimento das crianças, jovens e adultos ampliando suas potencialidades, buscando a formação de cidadãos e cidadãs críticos e conscientes de seus direitos e deveres, agentes da transformação social.

A partir de vários encontros, Seminários, Fóruns, Conferências, e discussões com órgãos governamentais, a Educação do Campo passou a ter maior base legal. O presente trabalho tem o intuito de compreender a dinâmica de construção, implantação e execução de políticas públicas municipais para a Educação do Campo, da Escola Municipal do Campo São José e as consequências dessa Política Pública para a vivência dos princípios políticos e pedagógicos da Educação do Campo.

Sendo assim, trazemos um breve levantamento histórico da Educação do Campo no Brasil, consequentemente em Mato Grosso e no município de Nova Mutum. Estudar o Plano Nacional, Plano Estadual e Plano Municipal de Educação, para entender como é feita a política pública, de modo geral e em específico no município de Nova Mutum e quais são as implicações da implantação do projeto de Educação do Campo para a vivência dos princípios da EdoC na Escola Municipal do Campo São José.

As razões motivadoras para desenvolver o presente trabalho, foram principalmente, a experiência acadêmica no Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade de Brasília e a implantação do Projeto de Educação do Campo na Escola Municipal do Campo São José. Mesmo antes de implantado o projeto na escola, já existia muitas contradições em relação ao “como fazer”, a forma de implantação do projeto também gerou conflitos, uma vez que os profissionais da educação desta escola, não tinham formação nem experiência concreta relacionada aos princípios da Educação do Campo.

Espera-se, a partir desta pesquisa contribuir de alguma forma para o entendimento da implantação de políticas públicas de Educação do Campo, além de identificar seus princípios políticos e pedagógicos.

O trabalho se baseia principalmente em Roseli Caldart e Monica Molina que nos trazem uma visão do que são as políticas públicas e o histórico da Educação do Campo. Pistrak, João Batista de Queiroz e Jair Reck que descrevem sobre os princípios da Educação

do Campo. Também documentos como as Diretrizes Operacionais para Educação do Campo; PNE, PEE e PME. Além de outros textos e teóricos que foram incorporados para melhor compreensão do tema.

Utilizamos os aportes teóricos metodológicos para a realização desde estudo de caso, com base na pesquisa qualitativa, que segundo Reck (2005) o investigador observa as pessoas e as interações entre elas, participando de atividades, entrevistando pessoas - chave e analisando documentos já existentes.

Nesse estudo de caso, seguindo o que preconiza Reck (2005), obtivemos os dados a partir de cinco fontes: documentos, registros de arquivos, entrevistas, observação direta, e observação participante. Levantamento teórico (livros, artigos, leis, diretrizes curriculares) e entrevistas com uma turma de alunos(as) que vivenciaram o momento de implantação das políticas públicas municipais da educação do campo, sendo a turma do 1º, 2º e 3º Anos do Ensino Médio, além de professores(as), pais, diretora e coordenadora (ex e atual) na escola. Estava ainda previsto entrevistas com representantes do poder legislativo (prefeito e vereadores), porém os mesmos não responderam aos questionamentos enviados.

Para isso, o primeiro capítulo traz uma visão panorâmica do conceito de políticas públicas a partir da luta dos movimentos sociais por uma educação do campo, também traz um breve levantamento do histórico da Educação do Campo como política pública no Brasil elencando suas conquistas a partir dos Fóruns, Conferências, Decretos e resoluções. Já no segundo capítulo temos alguns princípios da Educação do Campo, e para finalizar no terceiro capítulo, um breve histórico da realidade em que a escola está inserida além das consequências e implicações da implantação do projeto de Educação do Campo.

CAPÍTULO I

EDUCAÇÃO DO CAMPO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Este capítulo traz uma visão panorâmica do conceito de políticas públicas a partir da luta dos movimentos sociais por uma educação do campo, também traz um breve levantamento do histórico da Educação do Campo como política pública no Brasil elencando suas conquistas a partir dos Fóruns, Conferências, Decretos e resoluções.

1.1. Políticas Públicas: uma visão panorâmica

“As políticas públicas significam o Estado em Ação” (Hofling, apud Molina, 2012 pg. 588). Logo, é uma forma de legitimar e materializar nossos direitos constitucionais, que de acordo com o artigo 6º da Constituição Federal Brasileira de 1998 são: educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados. Sendo assim:

O Artigo XXVI da Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece que a educação é um direito de todas as pessoas e tem por objetivo o pleno desenvolvimento da personalidade humana e o fortalecimento do respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais. (LODI, 2003, p.8)

Percebemos que mesmo a educação sendo um direito garantido, ou pelo menos deveria ser, nem todos(as) têm acesso principalmente quando se trata de educação do campo. Ainda hoje em muitas escolas, principalmente nas áreas rurais, não é comum um projeto de educação que contribua com o desenvolvimento das crianças, jovens e adultos ampliando suas potencialidades, buscando a formação de cidadãos e cidadãs críticos e conscientes de seus direitos e deveres, agentes da transformação social.

Apesar de os problemas relacionados a educação não estarem localizados somente na zona rural, é muito claro que neste a situação é mais grave, pois a maioria das escolas localizadas no meio rural são uma extensão de unidades da zona urbana, o que faz com que o ensino também seja voltado para os interesses da mesma. Uma educação bancária que não leva em consideração a realidade sócio ambiental em que a escola está inserida, sempre tratada com políticas compensatórias “negando ao campo a constituição de sujeitos cidadãos

de direitos” (Rocha, et al. 2008).

De acordo com Chauí (apud Molina 2012), “um direito, ao contrário de necessidades, carências e interesses, não é particular e específico, mas geral e universal, válido para todos os indivíduos, grupos e classes sociais”. Então a educação é um direito universal e deveria ser garantido a todos(as) os cidadãos e cidadãs, mas se não fosse a luta e protagonismo principalmente dos movimentos sociais, por uma educação básica do campo com qualidade no lugar onde vivem, talvez hoje não existiria ou não teria avanço:

[...] as políticas sociais contituem um espaço privilegiado de atuação política no (re)desenho do Estado, estabelecendo o vínculo necessário entre conflitos/demandas por direitos e busca de alternativas de emancipação. Sob esse prisma, os movimentos sociais pela definição e implementação de políticas públicas, com suas múltiplas expressões, articulando novas e tradicionais estratégias, constituem-se vias abertas, no confronto com a lógica do capital mundializado. (Carvalho, 2008, p. 25)

Como afirma Molina (2012), “o movimento da Educação do Campo enfatiza, na cena pública brasileira, a presença de sujeitos coletivos de direitos vindos do campo”. Percebemos que os sujeitos do campo estão na luta pela materialização e garantia de seus direitos, principalmente o da educação, buscando a construção de políticas públicas concretas pois, coerente ao que preconiza Chauí (apud Molina 2012):

a democracia é a única forma política que considera o conflito legal e legítimo, permitindo que seja trabalhado politicamente pela própria sociedade. Significa que os cidadãos são sujeitos de direitos, e que onde eles não estejam garantidos, tem-se o dever de lutar por eles e exigi-los [...]. A mera declaração do direito à igualdade não faz existir os iguais, mas abre o campo para a criação da igualdade através das exigências e demandas dos sujeitos sociais. Em outras palavras: declarado o direito à igualdade, sociedade pode instituir formas de reivindicação para criá-lo como direito real.

Essa luta gerou a conquista dos programas existentes como Pronera, ProJovem Campo, Licenciatura em Educação do Campo, fez com que os trabalhadores e trabalhadoras rurais se percebem e se reconheçam como agentes de transformação social, sujeitos de direitos, de um direito que a muito tempo vinha sendo negado mas que aos poucos está sendo conquistado com todas as especificidades e particularidades que o campo têm “... exigem não qualquer política, mas uma política diferenciada na forma e no conteúdo, definida com sua presença e participação” (Molina, 2012). Porém, ainda muita luta tem de ser feita para a

garantia da “igualdade de direitos a todos os cidadãos” (Molina, 2012)

A resolução nº 2, de 28 de abril de 2008 estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Sendo assim, “ cabe ao Estado, ao universalizar os direitos, considerar as consequências decorrentes das diferenças e desigualdades históricas quanto ao acesso a estes direitos.” (Molina, 2012).

1.2. Breve histórico da Educação do Campo como Política Pública

No período Colonial, o ensino desenvolvido excluía os escravos, as mulheres e os agregados. O Brasil é um país de origem eminentemente agrícola, porém, nas constituições de 1824 e 1891, a educação rural não foi sequer mencionada nos referidos textos constitucionais, evidenciando-se o descaso dos dirigentes com a educação dos trabalhadores (as) do campo, resquícios de matrizes culturais vinculadas a uma economia agrária apoiada no latifúndio e no trabalho escravo. (Reck, 2013)

Para se pensar a educação do campo, é necessário primeiro a compreensão da concepção sobre campo e do(a) trabalhador(a) rural que tem sido produzido ao longo da história (PERIPOLLI, 2009). Deste entendimento é que se vem construindo as políticas públicas para estes sujeitos. E por isso pensar a Educação do Campo consiste em “defender o direito que uma população tem de pensar o mundo a partir do lugar onde vive, ou seja, da terra em que pisa ” (FERNANDES, 1999, p.3). De acordo com Bernardo Mançano Fernandes:

[...] temos dois campos, porque os territórios do campesinato e os territórios do agronegócio são organizados de formas distintas, a partir de diferentes relações sociais. Um exemplo importante é que enquanto o agronegócio organiza seu território para produção de mercadorias, o grupo de camponeses organiza seu território, primeiro, para sua existência, precisando desenvolver todas as dimensões da vida. Essa diferença se expressa na paisagem e pode ser observada nas distintas formas de organização dos dois territórios. A paisagem do território do agronegócio é homogêneo, enquanto a paisagem do território camponês é heterogêneo. A composição uniforme é geométrica da monocultura se caracteriza pela pouca presença de pessoas no território, porque sua área está ocupada por mercadoria, que predomina na paisagem. A mercadoria é a expressão do território do agronegócio. A diversidade dos elementos que compõem a paisagem do território camponês é caracterizada pela grande presença de pessoas no território, porque é nesse e desse espaço que constroem suas existências, produzindo alimentos. Homens, mulheres, jovens, meninos e meninas, moradias, produção de mercadorias, culturas e infraestrutura social, entre outros, são os componentes da paisagem dos territórios camponeses. Portanto, a educação possui sentidos completamente distintos para o agronegócio e para os camponeses. Evidentemente se está falando que o território camponês deve continuar sendo sempre território camponês. Isso significa compreender o território camponês como uma totalidade, de modo que seu desenvolvimento não venha a destruir a sua estrutura. Essa é uma compreensão do

paradigma da questão agrária. Outra leitura é o paradigma do capitalismo agrário, que vê o território camponês como uma possibilidade de transformação em território do capital. (Fernandes, 2012. Pg.40 e 41)

Em relação a Educação do Campo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96- LDBEN) prima por uma educação integral, tendo como “finalidade o pleno desenvolvimento do educando(a), seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana” (Art. 2º.BRASIL, 2010). Sendo que o artigo 28 dispõe as adaptações necessárias à educação no meio rural de forma muito superficial, ao determinar que :

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, LDB 9.394/96, art. 28).

Também a Lei 9394/96, a Lei 9424 de 24 de dezembro de 1996, o Plano Nacional de Educação – PNE, e a Lei Complementar n. 49 de 1º de outubro de 1998 estabelecem o princípio da igualdade das condições de acesso e permanência na escola, garantido os

benefícios proporcionados por elas, porém, historicamente, essa não tem sido a realidade da população rural no Brasil, que através de várias pesquisas tem demonstrado altos índices de analfabetismo, baixos níveis de escolaridade, altas taxas de evasão, repetência e distorção idade-série. (SANTOS apud PERIPOLLI, 2009, p. 136).

No Artigo 1º da LDB (Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional) há um reconhecimento de que a educação está presente em todos os momentos e, portanto a escola deve vincular-se ao trabalho e às práticas sociais, incluindo assim o campo. “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, em movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. (Lei Nº 9.394 – 1996). Isto garante a possibilidade de uma educação diferenciada, pensada desde o seu lugar e voltada para a própria realidade. (CALDART, 2002)

A escola é o espaço de conscientizar as pessoas que o trabalho nem sempre se concretiza através da remuneração e que há outras formas não assalariadas que promovem a reprodução da existência humana, uma vez que, por milhares de anos os seres humanos se

educam de geração para geração, aprendendo uns com os outros, dando respostas aos desafios e problemas no processo de produção de suas vidas. (FRIGOTO, 2009)

Temos uma preocupação prioritária com a escolarização da população do campo. Mas, para nós, a educação compreende todos os processos sociais de formação das pessoas como sujeitos de seu próprio destino. Nesse sentido, educação tem relação com cultura, com valores, com jeito de produzir, com formação para o trabalho e para a participação social. (Kolling apud Caldart, 2012...)

Em 1997 acontece o 1º ENERA (Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária) e teve como principal objetivo propor práticas pedagógicas inovadoras e uma política de desenvolvimento e educação básica, preocupada com as verdadeiras necessidades educacionais do campo. Para isso reuniram-se várias entidades e movimentos como MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), UNB (Universidade de Brasília), UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) e CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil),

Na cidade de Luziânia GO, aconteceu a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo dos dias 27 a 31 de julho de 1998, que resultou em amplo material teórico para continuação de debates e também muita conscientização sobre a importância da luta coletiva em prol de mudanças reais para os povos camponeses, além da unificação das organizações camponesas em torno da pauta da educação, para Gonçalves (2004) esta Conferência foi um grande passo em direção a transformações da situação da educação no meio rural. De acordo com Caldart (2003: p.64), o que foi imensamente discutido na conferência de 1998 foi de que:

Não podemos cair na falácia de que o debate sobre a educação básica do campo substitui, ou é mais importante, do que o debate sobre Reforma Agrária, sobre política agrária e agrícola, sobre relações de produção no campo... Não há escolas do campo num campo sem perspectivas, com o povo sem horizontes e buscando sair dele. Por outro lado, também não há como implementar um projeto popular de desenvolvimento do campo sem um projeto de educação, e sem expandir radicalmente a escolarização para todos os povos do campo. E a escola pode ser um agente muito importante de formação da consciência das pessoas para a própria necessidade de sua mobilização e organização para lutar por um projeto deste tipo. (CALDART, apud RECK, 2013 pg. 10)

A partir de vários encontros, Seminários, Fóruns, Conferências, e discussões com órgãos governamentais, a Educação do Campo passou a ter maior suporte legal e em 2004

dentro do MEC (Ministério da Educação e Cultura) foi instituída a SECAD (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, do Ministério da Educação). Nesse contexto de reposicionamento da temática da educação do campo em nível Nacional, foi realizado, em Cuiabá, o primeiro seminário Estadual da Educação do Campo, uma parceria da SEDUC e o MEC, dias 28 e 29 de outubro de 2004. (RECK, 2013)

Carvalho (2005) afirma que para se debater as necessidades do campo, é preciso analisar algumas questões fundamentais: a formação humana, pois não se pode educar alienadamente, devemos entender o trabalho como formador do ser social; evitar a visão simplista da escola, onde só a educação formal tem valor, é preciso desconstruir esta ideia e valorizar as muitas habilidades existentes em todos os momentos de vida; a necessidade de um projeto de desenvolvimento do campo, que seja emancipador em todos os setores sociais e a elaboração de um processo educativo inteligente, que perceba e dê valor à multiplicidade de espaços educativos existentes.

Outro marco importante que tem ajudado na discussão por uma educação do campo de qualidade foi a criação do Comitê Interinstitucional de Educação do Campo em Mato Grosso, no ano de 2006, foi uma conquista importante, pois a partir de então aumentou a preocupação com a formação de educadores(as) para desenvolverem essa nova metodologia. Aconteceu ainda em 2006 a I Formação dos Educadores do Campo no Estado. Logo depois, em janeiro de 2007, foi oficializada a Gerência de Educação do Campo do Estado de Mato Grosso, com o objetivo de garantir a qualificação dos docentes. Também vale destacar a elaboração do Plano Estadual de Educação de Mato Grosso, em cujo capítulo onze é totalmente voltado para a educação do campo e suas especificidades, garantindo melhorias e direitos para os povos camponeses. (RECK, 2013)

Durante os dias 16 e 17 de agosto de 2010 reunidos em Brasília, na sede da CONTAG, por autoconvocação, movimentos e organizações sociais e sindicais do campo, universidades, institutos federais e educação, após análise da situação do campo e da Educação do Campo no Brasil, resolveram criar, e assim fica criado o Fórum Nacional de Educação do Campo – FONEC. O objetivo do FONEC é o exercício da análise crítica constante, severa e independente acerca de políticas públicas de Educação do Campo; bem como a correspondente ação política com vistas à implantação, à consolidação e, mesmo, à elaboração de proposições de políticas públicas de Educação do Campo. (Carta Final FONEC)

CAPÍTULO II

PRINCÍPIOS POLÍTICOS E PEDAGÓGICOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Neste capítulo faremos uma exposição dos princípios políticos e pedagógicos da Educação do Campo, preconizados nas leis, diretrizes e orientações curriculares. Segundo Caldart, em Trabalho exposto no XIV Endipe (2008), a concepção de Educação do Campo:

1. Existe para ajudar a lembrar ao mundo, desde o clamor dos camponeses, que em primeiro lugar devem vir as pessoas e não a produção para o negócio... A Educação do Campo nasceu tomando posição no confronto de projetos de campo: contra a lógica do campo como lugar de negócio, que expulsa as famílias, que não precisa de educação nem de escolas porque precisa cada vez menos de gente, a afirmação da lógica da produção para a sustentação da vida em suas diferentes dimensões, necessidades, formas.
2. Nasceu como crítica à realidade educacional da população que vive do trabalho do campo e tomando posição no confronto de projetos de educação: contra uma visão instrumentalizadora da educação, colocada a serviço das demandas de um determinado modelo de desenvolvimento do campo (que sempre dominou a chamada “educação rural”), a afirmação da educação como formação humana, omnilateral e de perspectivas emancipatória, vinculada a projetos históricos, de longo prazo.
3. Pensa a educação desde a particularidade dos sujeitos que vivem do trabalho do campo, sua realidade, suas relações sociais. Reconhece a especificidade dos processos produtivos, do trabalho, das formas organizativas, das lutas sociais, dos processos culturais do campo e defende que se pensem as práticas educativas no seu vínculo com estes processos.
4. Assume o desafio do vínculo da educação com os processos sociais de formação de novos sujeitos coletivos (...) está vinculada a uma tradição pedagógica que pensa a educação para além da escola, tensionando a visão escola-centrista predominante na sociedade capitalista e própria lógica/forma escolar que lhe corresponde. Entende que romper com a redutora identificação que se construiu historicamente entre educação e escola e compreender a educação desde os processos de formação (e deformação) humana que estão presentes nas práticas sociais têm sido desafios importantes para rever as matrizes teóricas dominantes de interpretação e de orientação da educação da classe trabalhadora, bem como para rediscutir o próprio lugar e a tarefa específica da escola nos processos de educação, especialmente se o que temos em vista é alimentar uma práxis emancipatória.
5. Tenciona a forma escolar instituída quando não aceita o acesso pelo acesso, a educação pela educação, a escolarização pela escolarização, mas exige que as pessoas entrem na escola como sujeitos, humanos, sociais, coletivos, trazendo a vida real e por inteiro, as contradições sociais, os conflitos humanos para dentro do processo pedagógico, convocando para uma tomada de posição, política, ética diante do próprio conhecimento e dos vínculos que estabelece com o tipo de sociedade e o tempo histórico em que foi produzida (Caldart, 2010).

E no dicionário de Educação do Campo no verbete “Educação do Campo” de Roseli Salete Caldart expressa que:

A Educação do Campo, como prática social ainda em processo de construção histórica, tem algumas características que podem ser destacadas para identificar, em síntese, sua novidade ou a “consciência de mudança” que seu nome expressa:

- Constitui-se como luta social pelo acesso dos trabalhadores do campo à educação (e não a qualquer educação) feita por eles mesmos e não apenas em seu nome. A Educação do campo não é para nem apenas com, mas sim, dos camponeses, expressão legítima de uma pedagogia do oprimido.
- Assume a dimensão de pressão coletiva por políticas públicas mais abrangentes ou mesmo de embate entre diferentes lógicas de formulação e de implementação de política educacional brasileira. Faz isso sem deixar de ser luta pelo acesso à educação em cada local ou situação particular dos grupos sociais que a compõem, materialidade que permite a consciência coletiva do direito e a compreensão das razões sociais que o impedem.
- Combina luta pela educação com luta pela terra, pela Reforma Agrária, pelo direito ao trabalho, à cultura, à soberania alimentar, ao território. Por isso, sua relação de origem com os movimentos sociais de trabalhadores. Na lógica de seus sujeitos e suas relações, uma política de Educação do Campo nunca será somente de educação em si mesma e nem de educação escolar, embora se organize em torno dela.
- Defende a especificidade dessa luta e das práticas que ela gera, mas não em caráter particularista, porque as questões que coloca à sociedade a propósito das necessidades particulares de seus sujeitos não se resolvem fora do terreno das contradições sociais mais amplas que as produzem, contradições que, por sua vez, a análise e a atuação específicas ajudam a melhor compreender e enfrentar. E isso se refere tanto ao debate da educação quanto ao contraponto de lógicas de produção de vida, de modo de vida.
- Suas práticas reconhecem e buscam trabalhar com a riqueza social e humana da diversidade de seus sujeitos: formas de trabalho, raízes e produções culturais, formas de luta, de resistência, de organização, de compreensão política, de modo de vida. Mas seu percurso assume a tensão de reafirmar, no diverso que é patrimônio da humanidade que se almeja a unidade no confronto principal e na identidade de classe que objetiva superar, no campo e na cidade, as relações sociais capitalistas.
- A Educação do Campo não nasceu como teoria educacional. Suas primeiras questões foram práticas. Seus desafios atuais continuam sendo práticos, não se resolvendo no plano apenas da disputa teórica. Contudo, exatamente porque trata de práticas e de lutas contra hegemônicas, ela exige teoria, e exige cada vez mais rigor de análise da realidade concreta, perspectiva de práxis. Nos embates que lhe têm constituído, a Educação do Campo reafirma e revigora uma concepção de educação de perspectiva emancipatória, vinculada a um projeto histórico, às lutas e à construção social humana de longo prazo. Faz isso ao se mover pelas necessidades formativas de uma classe portadora de futuro.
- Seus sujeitos têm exercitado o direito de pensar a pedagogia desde sua realidade específica, mas não visando somente a si mesmos: a totalidade lhes importa, e é mais ampla do que a pedagogia.
- A escola tem sido objeto central das lutas e reflexões pedagógicas da Educação do Campo pelo que representa no desafio de formação dos trabalhadores, como mediação dos trabalhadores fundamental, hoje, na apropriação e produção do conhecimento que lhes é necessário, mas também pelas relações sociais perversas que sua ausência no campo reflete e sua conquista confronta.
- A Educação do Campo, principalmente como prática dos movimentos sociais camponeses, busca conjugar a luta pelo acesso à educação pública com a luta contra a tutela política e pedagógica do Estado (reafirma em nosso tempo que não deve ser o Estado o educador do povo).
- Os educadores são considerados sujeitos fundamentais de formulação pedagógica e das transformações da escola. Lutas e práticas da Educação do Campo têm defendido a valorização do seu trabalho e uma formação específica nessa perspectiva. (Dicionário da Educação do Campo – 2012, p.263 - 264)

Uma das preocupações dos movimentos sociais na luta por uma verdadeira Educação do Campo está firmada na compreensão de que escola precisa dominar a realidade e os métodos, para propor mudanças significativas para a comunidade em que está inserida, integrando o meio ambiente, a cultura e a tecnologia em benefício da população. (ARROYO, 1999). De acordo com o decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, Art. 2º são princípios da educação do campo:

- I – respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;
- II – incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;
- III – desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;
- IV – valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; e
- V- controle social da qualidade de educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo.

Na resolução nº 1, de 3 de abril de 2002 que institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, o Art. 2º parágrafo único, define :

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país.

Segundo Kolling (1999) as principais pedagogias que estão inseridas na concepção de Educação do Campo, são: a pedagogia do oprimido, mostrando que os oprimidos são os sujeitos de sua própria educação e libertação, e que é preciso dar ênfase na cultura, pois ela é a matriz da formação do ser humano; a pedagogia do movimento, que compreende a dimensão educativa da participação das pessoas nos movimentos e das lutas sociais para formar os sujeitos desta luta; e a pedagogia da terra, que tem a intenção de educar e reeducar o povo do campo na sabedoria de cuidado e preservação da terra, entendendo a relação de

cuidado com o ser humano e sua educação.

A escola deve promover a auto organização procurando integrar-se a outras instituições e espaços educativos desenvolvendo a vida de forma social (PISTRAK, 2000). Para que a auto organização ocorra é essencial a compreensão da realidade atual. É preciso aprender a coordenar e ser coordenado, a escola precisa conscientizar as crianças sobre as responsabilidades que elas precisam ter com suas obrigações para que elas possam se sentir parte do processo de construção da escola e de sua autonomia.

Precisamos como diz Paulo Freire (1987) desconstruir a relação de educação bancária existente em nossas comunidades, do professor(a) que impõe o seu conhecimento, através das pedagogias tradicionais e propor oportunidades para que os alunos(as) possam se expressar e se auto organizar, para se tornarem cidadãos e cidadãs críticos e conscientes, compreendendo a realidade dentro do processo de educação formativa, entendendo o passado, o presente e projetando o futuro.

A Pedagogia da Alternância consiste em uma forma de integrar diversos tempos educativos, dentre eles Tempo Comunidade e Tempo Escola, o que estreita os laços entre a comunidade e escola, pois como podemos perceber a pedagogia da alternância é:

Uma metodologia apropriada para realizar a vinculação, articulação, interação e transformação, é aquela já experimentada, vivenciada, sistematizada e adotada por mais de duzentos Centros Educativos do Campo do Brasil a trinta e nove anos e no mundo a mais de setenta anos... A dinâmica de alternar momentos na instituição escolar com momentos no campo, na propriedade, no trabalho, na família, no bairro, na vila, na comunidade, na pequena propriedade, é bastante antiga. A grande questão é como se organiza a alternância. Por isso pode-se falar da Alternância como um sistema interface entre a escola e a vida no campo, entre a escola e o trabalho. (QUEIROZ, 2007.p. 24)

São necessários investimentos nas Escolas do Campo priorizando e garantindo alguns aspectos que poderão fazer a diferença na construção da Educação do Campo. Investimentos não somente relacionados à estrutura da escola, mas também na elaboração de um projeto político pedagógico específico para cada realidade; os eixos norteadores; metodologia; gestão democrática e formação dos educadores(as) das escolas do campo. Articular os saberes da vida do jovem do campo com os saberes escolares do programa oficial. Queiroz (2007)

Quando se trabalha dentro da perspectiva da educação do campo, é preciso ter em mente que se trata de um projeto educativo que:

assegure aos alunos uma formação integral abrangendo os aspectos intelectual, social e espiritual, qualificando-os para continuarem os estudos ou para assumirem, de imediato, sua vida de empreendedores na propriedade da família ou fora dela. Não é apenas uma escola com pedagogia diferente, nem um fim em si mesmo, mas é um instrumento de transformação da realidade e promoção do meio rural. (CORTEZAN, 2010. p. 21).

Nas Orientações Curriculares para a Educação do Campo no estado de Mato Grosso, o professor João Batista Pereira de Queiroz (2007) fala sobre a importância dos eixos norteadores para a educação do campo, é através deles que podem ser desenvolvidos os aprendizados nas escolas vinculando a realidade com a grade curricular nacional. É preciso pensar em alguns temas – problemas que nortearão todos os conteúdos escolares e metodologias de trabalho da cada educador(a).

Os eixos norteadores precisam ser retomados, aprofundados, ampliados e não poderão ser trabalhados de maneira isolada, pelo contrário, devem estar interligados com a realidade, podendo assim contribuir para que os educandos(as) apreendam a concepção e a prática da educação como um processo em constante construção. Alguns destes eixos devem ser destacados como: Terra e Trabalho; Os Povos do Campo: suas identidades, suas lutas e suas organizações; O Desenvolvimento Sustentável e A Construção da Cidadania. (QUEIROZ, 2007).

Outra metodologia que tem sido utilizada com êxito em algumas escolas de Educação do Campo é a Pedagogia de Projetos, que conforme Buss (2010) tem o objetivo de desenvolver ações educativas, através de Projetos que são organizados coletivamente, voltados para a especificidade local, o que torna possível que os alunos(as) e professores(as) aprendam-fazendo. Nesta didática todos os participantes do projeto, sejam eles, professores(as), alunos(as), funcionários(as), ou outros moradores(as) da comunidade têm a oportunidade de reconhecer na autoria do que produzem os benefícios trazidos pela conclusão dos projetos. A princípio são feitas investigações sobre questões de interesse comum e depois relacionados os conceitos conhecidos com outros que vão surgindo durante o desenvolvimento dos projetos.

Essa estratégia garante o desenvolvimento da aprendizagem aos alunos de forma que os mesmos possam selecionar informações significativas, trabalhar em grupo, gerenciar confronto de idéias e tomar decisões, aprendendo a aprender de forma colaborativa. Enfim, o trabalho por projetos está potencializando a integração das diferentes áreas de conhecimento, rompendo com as fronteiras disciplinares e favorecendo o estabelecimento de elos entre as diferentes áreas do conhecimento numa situação contextualizada de aprendizagem – a interdisciplinaridade. (BUSS, 2010. p 16).

É preciso estimular nos alunos(as) um processo de formação permanente para que eles(as) possam estar continuamente atualizados frente aos desafios e perspectivas do mundo moderno, ajudando - os a se tornarem líderes capazes de prever os problemas e promover soluções.

Outro desafio que deve ser encarado para uma educação do campo com qualidade é a gestão democrática, que pode ser desenvolvida na participação da comunidade na escola, na constituição de Conselho Escolar e no processo de eleição de diretores e demais funções dentro das instituições escolares. A gestão democrática como diz Queiroz (2007) é um exercício contínuo de cidadania e uma função estratégica no desenvolvimento das múltiplas dimensões humanas e sociais. É preciso incluir “a participação ativa das famílias, das comunidades, das organizações e movimentos sociais nas decisões sobre as políticas de ação em cada nível e na fiscalização do uso de recursos públicos destinados às escolas”. (KOLLING, 1999. p. 59) Sendo assim o objetivo da gestão democrática é:

contribuir “para a consolidação da autonomia das escolas e o fortalecimento dos conselhos que propugnam por um projeto de desenvolvimento que torne possível à população do campo viver com dignidade e para “a abordagem solidária e coletiva dos problemas do campo, estimulando a autogestão no processo de elaboração, desenvolvimento e avaliação das propostas pedagógicas das instituições de ensino”. (QUEIROZ, 2007, p. 29)

Outra questão que está sendo muito debatida em Seminários e Fóruns pela Educação do Campo é sobre os educadores(as) das escolas camponesas e sua a formação para atuarem nas escolas do campo, de forma a modificarem a realidade vivenciada. “A educação do campo também se identifica pela valorização da tarefa específica das educadoras e educadores do campo” (CALDART, 2002. p 35). É uma grande preocupação dos movimentos sociais a busca de qualificação específica para educadores(as) do campo, por isso:

defendemos com tanta insistência a necessidade de políticas e de projetos de formação das educadoras e educadores do campo. Também porque sabemos que boa parte deste ideário que estamos construindo é algo novo em nossa própria cultura. E que há uma nova identidade de educador que pode ser cultivada. (CALDART, 2002 p. 36)

Diante de tantos desafios a serem alcançados a escola deve assumir uma postura de protagonista nesta história e agir, na tentativa da conscientização, quanto à importância da

organização coletiva e na luta por mudança para a comunidade, a “Escola do Campo deverá contribuir para a melhoria constante da vida e da realidade dos povos do campo. Para isso é preciso pensar e construir toda a Escola a partir desta realidade camponesa. Trata-se de construir Escolas Vivas” (QUEIROZ, 2007).

Segundo Queiroz (2007) “um passo importante na construção da Educação do Campo no Estado de Mato Grosso foi a elaboração do Plano Estadual de Educação” que abriu amplamente debates sobre a educação do campo através de um Fórum Estadual de Educação e apresentado pela Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura e Desporto, da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, que trouxe vários objetivos a serem alcançados:

1. Universalizar a oferta da educação básica no campo.
2. Garantir infra-estrutura adequada para o acesso e a permanência dos alunos no campo.
3. Construir com as comunidades escolares locais uma proposta pedagógica voltada à realidade, superando a fragmentação do currículo e respeitando as diferentes metodologias.
4. Diversificar a oferta de cursos nas escolas do campo.
5. Melhorar a gestão nas escolas do campo.
6. Proporcionar formação específica para os profissionais da educação do campo.
7. Melhorar as condições de trabalho e perspectivas das educadoras e educadores que atuam nas escolas do campo.
8. Garantir espaços de debate para o fortalecimento da política de educação no campo.
9. Oportunizar ações pedagógicas diretamente relacionadas à realidade cotidiana do campo, com resultados práticos de melhoria da qualidade de vida.
10. Promover a pesquisa como meio de fortalecimento da educação do campo. (QUEIROZ, 2007. p. 12-13)

Como pode ser percebido são muitos desafios a serem alcançados, e para isso é necessário que os setores sociais se organizem: a escola se articule com a comunidade, trabalhando em parceria com os órgãos governamentais para que as políticas públicas possam de fato ser implementadas.

Levando em consideração a educação voltada para a realidade, os seguintes objetivos e metas para a EdoC merecem destaque, pois no capítulo III verificamos que a passos lentos e graduais as mesmas estão sendo cumpridas na Escola Municipal do Campo São José, vejamos o que preconiza alguns objetivos e metas do Plano Estadual de Educação do Campo de Mato Grosso:

Objetivo 2 – garantir infra-estrutura adequada para ao acesso e a permanência dos alunos no campo

Meta 04 – Criar e ampliar em 25% ao ano o acervo das bibliotecas do campo, principalmente, para aquisição de livros paradidáticos, materiais de pesquisa e recursos tecnológicos, transformando – as em um lugar de referência cultural para a comunidade local, a partir da aprovação do plano, visando atender 100% das escolas em 4 anos.

Meta 05 – Instalar anualmente 25% de laboratórios de ciências da natureza em escolas do campo, atendendo 100% das escolas em 4 anos.

Meta 09 – Garantir 100% das escolas do campo em extensões do ensino médio, em 4 anos, o fornecimento de merenda escolar em regime de cooperação entre Estado e Município e União a partir da aprovação do PEE.

Meta 10- Garantir em 10 anos, a 10% das escolas do campo de tempo integral, no mínimo três refeições diárias aos educandos de todos os níveis de ensino.

Objetivo 3 – construir com as comunidades escolares locais uma proposta pedagógica voltada à realidade, superando a fragmentação do currículo e respeitando as diferentes metodologias que consideram os sujeitos com suas histórias e vivências, e as legislações que regem os sistemas de ensino.

Meta 2- garantir, em 4 anos, com acréscimos anuais de 25%, que 100% das propostas pedagógicas resultem em calendário escolar adequado ao período plantio/colheita, considerem os fatores geográficos regionais e superem a fragmentação do currículo.

Meta 3 – incluir agroecologia e socioeconomia solidária no currículo de 100% das escolas em 4 anos, acompanhadas de atividades práticas de manejo da terra como conteúdo e metodologia de pesquisa, auxiliando na produção de conhecimento contextualizado e significativo aos sujeitos da aprendizagem.

Meta 4 – a partir da aprovação deste plano, disponibilizar à escola até 10% dos recursos anuais repassados, para apoio a pesquisas regionais que subsidiem a produção de livros e materiais didático-pedagógicos contextualizados, bem como sua publicação.

Objetivo 6 – proporcionar formação específica para os profissionais da educação do campo.

Meta 1 – oferecer anualmente 1 curso de formação inicial e 1 de formação continuada em serviço aos profissionais que atuam na educação do campo a partir da aprovação deste plano garantindo aos alunos o mesmo nível de acesso à informações, conhecimentos e aproveitamento de oportunidades.

Objetivo 9 – oportunizar ações pedagógicas diretamente relacionadas à realidade cotidiana do campo, com resultados práticos de melhoria da qualidade de vida.

Meta 1- destinar área específica às práticas agroecológicas, oportunizando ação pedagógica em 100% das escolas do campo em 4 anos.

Meta 2 – estabelecer em 4 anos, com acréscimos anuais de 25%, parcerias de governo com as associações/cooperativas de produtores rurais ligadas às escolas do campo, visando adquirir alimentos orgânicos para 100% das escolas do campo, com acompanhamento da vigilância sanitária, para melhoria da merenda escolar. (RECK, 2007, pag. 25 a 29).

Para um estudo mais específico e detalhado, apontamos algumas importantes bases legais relacionadas à Educação do Campo:

- Constituição Federal de 1988: artigos 205, 206, 208 e 210;
- Lei n. 9.394, de 20.12.1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- Lei n. 10.172, de 09.01.2001, que institui o Plano Nacional de Educação;
- Parecer CNE/CP 09/2001 e Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores de educação básica;

- Parecer CNE/CEB n. 36/2001, sobre Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo;
- Resolução CNE/CEB n. 2, de 28 de abril de 2008 – Diretrizes Complementares de Educação do Campo;
- Resolução CNE/CEB n. 1/ 2002, que institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo;
- Resolução CNE/CEB n. 2/2008, que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo;
- Resolução CNE/CEB n. 2/2010, que define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.
- Decreto n 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária.

CAPÍTULO III

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DE NOVA MUTUM – MT

Neste capítulo abordamos sobre a Educação do Campo em Nova Mutum na Escola Municipal do Campo São José. Em um primeiro momento localizamos o Assentamento Ribeirão Grande, depois a Comunidade São Manoel onde se localiza a escola, e por fim o uma reflexão sobre o projeto de EdoC implantado nesta escola a partir das repostas das entrevistas feitas com educandos(as) e educadores(as).

3.1 A Gleba Ribeirão Grande: Breve Histórico

Mato Grosso tem uma população estimada em 3.035.122 habitantes, distribuídos em uma área de 903.329,700 km², o que corresponde a 10,6% do território brasileiro. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população mato-grossense, em 2010, totalizou 3.035.122 habitantes, sendo a maioria residente em áreas urbanas – 82%. A densidade demográfica do estado é a menor do Centro-Oeste – 3,3 habitantes por quilômetro quadrado e o crescimento demográfico é de 2,4% a ano.

A economia estadual está vinculada à agropecuária e a produção de monoculturas. O Estado abriga 141 municípios, entre eles o de Nova Mutum que também é conhecida pela intensa produção de grãos e bovinos em confinamento. Em 1988, Nova Mutum é emancipada e hoje tem uma população estimada em 30.000 habitantes.

Os três Projetos de Assentamento (PA) da Gleba Ribeirão Grande, em que vivem 57 famílias, pertencem ao município de Nova Mutum. A maioria dos lotes estão arrendados para outros assentados ou para fazendeiros, para o cultivo de monoculturas de soja e milho. Existe uma Associação, a AAFERG (Associação dos/as Agricultores/as Familiares e Extrativistas da Ribeirão Grande), que tem desenvolvido algumas ações em parceria com o SEBRAE, Instituto Sadia e Instituto Camargo Corrêa, buscando fomentar atividades que visam, principalmente, agrupar os parceleiros para que eles próprios se organizem e percebam a necessidade e a importância do trabalho coletivo. As famílias buscam desenvolver a produção familiar, mas por falta de estrutura, organização e incentivo, as atividades desenvolvidas não geram renda suficiente para sustentar a família e investir na infra-estrutura das parcelas.

Alguns parceleiros da Gleba Ribeirão Grande tiveram iniciativas que tem mostrado resultados satisfatórios: eles recolhem os produtos oriundos das atividades dos/as

Agricultores/as Familiares e fazem uma rota entre as fazendas e a Comunidade São Manoel, comercializando esses produtos. Esta prática vem trazendo uma oportunidade para a comercialização da produção e levando até os consumidores, produtos saudáveis oriundos da Agricultura Familiar. Na comercialização surgem as trocas e novas propostas de negócios.

Na Gleba Ribeirão Grande existem poucas famílias que tiram seu sustento somente praticando a produção familiar, várias pessoas buscam um trabalho fora, em fazendas, e/ou arrendam suas terras para gerar renda com a terra tendo assim uma fonte de sustento a mais.

Uma das lutas que identificamos no assentamento foi a organização das famílias junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lucas do Rio Verde / STTR-LRV, em busca do direito à terra, quando decidiram lutar pela Reforma Agrária, reivindicando a área da Gleba Ribeirão Grande, que havia sido grilada por funcionários do INCRA.

Após a conquista da área, as famílias buscaram desenvolver suas atividades de forma individual, deixando para trás o espírito de união que construíram enquanto estavam acampados.

Os(as) alunos(as) dos assentamentos são atendidos pela Escola Municipal do Campo São José, distante cerca de 98 km do assentamento.

3.2 - Escola Municipal do Campo São José e o Projeto de Educação do Campo

A Escola Municipal “São José” teve início, de forma improvisada, em 1988 quando a Comunidade São Manoel ainda pertencia ao município de Nobres - MT. A Comunidade foi formada por 23 famílias oriundas do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina. A Escola São José foi criada oficialmente em 06 de março de 1992, pela lei nº 148/92, com autorização para atender a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, atende alunos(as) da Comunidade São Manoel, dos Assentamentos Maria de Oliveira, Ribeirão Grande e de fazendas próximas. (PPP 2013)

A Comunidade São Manoel onde se localiza a escola é envolta por grandes plantações de monoculturas de soja e milho, além de uma plantação de café. É rotineiro os alunos(as) observarem aplicações de veneno nas áreas de cultivo, por enormes e modernos pulverizadores e por aplicações em aeronaves, que inclusive, realizam vôos rasantes por cima do ônibus escolar que transporta os alunos(as).

Buscando uma educação voltada para a realidade da comunidade que a escola atende, com a abertura dada pela legislação vigente e a vontade política da administração municipal, em 2009 implantou-se nas escolas rurais do município a Educação do Campo, de acordo com

as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo e o parecer do CNE nº 01/2006, sendo a Pedagogia da Alternância a forma pedagógica escolhida para dar conta da organização didática da realidade do campo. (PPP 2013)

No entanto, como veremos na parte sobre as consequências da implantação do projeto, essa forma de organização escolar não gerou resultados satisfatórios para a comunidade escolar, sendo que de acordo com Queiroz (2012 pg. 42):

Numa concepção de alternância formativa, não é suficiente a aproximação ou ligação de dois lugares com suas lógicas diferentes e contraditórias, ou seja, escola e trabalho. É necessária uma sinergia, uma integração, uma interpretação rompendo com a dicotomia teoria e prática, abstrato e concreto, saberes formalizados e habilidades (saber - fazer), formação e produção, trabalho intelectual e trabalho físico (manual).

A Escola Municipal do Campo São José, vivenciou por dois anos a experiência com a pedagogia da alternância, mais precisamente nos anos de 2009 e 2010. Como poderemos observar no subtítulo seguinte, a escola não conseguiu em uma concepção de alternância formativa, integrar realmente os tempos educativos, como nos preconiza Queiroz, uma vez que os tempos escolares eram divididos em: tempo escola (TE) e tempo comunidade (TC), cada um desenvolvendo seu papel sem haver uma relação integrativa entre os dois.

As semanas de TC e TE eram divididas entre educandos(as) da Educação Infantil e Ensino Fundamental, que estavam em Tempo Escola na semana A, por exemplo, e educandos(as) do 3º ciclo e Ensino Médio que estavam em Tempo Comunidade, já na semana B, os do 3º Ciclo e Ensino Médio estavam em TE e da Educação Infantil e Ensino Fundamental em TC, e assim sucessivamente.

Na semana de TE, os educandos(as) tinham aulas das matérias básicas: português, matemática, geografia, etc. e oficinas de Informática, Artesanato e Educação Ambiental. Podemos citar a oficina de Educação Ambiental em que os mesmos participavam de atividades práticas na horta da escola, no pátio, ajudavam na ornamentação, viveiro, os educandos (as) também nas aulas estudavam sobre a importância da alimentação saudável, tinham em suas casas pelo menos um canteiro de hortaliças, em que nos monitoramentos os educadores(as), observavam e juntamente com os educandos (as) manejavam (plantio, adubação). O que causava grande desconforto em alguns pais/mães, pelo fato de não aceitarem que seus filhos(as) “trabalhassem” na escola. O que resultou em reuniões, e na decisão de que não participariam mais dessas atividades práticas, já que os pais/mães não perceberam a importância e necessidade do trabalho na formação humana.

Levando em consideração as oficinas de educação ambiental Frigoto (2009) nos diz que, o trabalho é uma relação que se dá entre homem e natureza através da necessidade, pois por milhares de anos as mãos foram a única ferramenta de trabalho do ser humano que se dava pela coleta de frutos, caça e pesca. Logo, o trabalho de uma forma geral se torna educativo, quando é valorizado e principalmente têm o objetivo de ideia pedagógica de aprender fazendo. A escola é o espaço de conscientizar as pessoas que o trabalho nem sempre se concretiza através da remuneração e que há outras formas não assalariadas que promovem a reprodução da existência humana, uma vez que, por milhares de anos os seres humanos se educam de geração para geração, aprendendo uns com os outros, dando respostas aos desafios e problemas no processo de produção de suas vidas.

Já na semana de TC os educandos(as) participavam dos monitoramentos, ou seja, eram divididos em grupos por proximidade das moradias, e recebiam visitas de professores(as) e colegas. Os grupos eram bem mistos com integrantes do ensino fundamental ao ensino médio, o que por um lado proporcionava a integração e uma relação de cuidado e responsabilidade com o outro, e por outro dificultava o trabalho do(a) educador(a) justamente pela variedade de níveis de conhecimento. Nestes momentos os educadores(as) revisavam conteúdos em que os(as) educandos(as) apresentavam dificuldades, além de visitar a propriedade e perceber/conhecer as atividades ali existentes.

Na região onde a escola se situa, apesar de predominar grandes propriedades produtoras de grãos, também existem propriedades de médio porte, pecuária e agricultura familiar. A escola buscava utilizar, principalmente no primeiro ano de implantação do projeto, como complemento para o ensino, exemplos de tecnologia do campo, estabelecendo relação com essas propriedades, com as realidades dos assentamentos, que fazem parte da Comunidade Escolar, através de expedições investigativas, visita as propriedades, buscando possíveis soluções para os problemas que encontravam. Isto é, valorizar o homem/mulher do campo para o campo e seus saberes.

Nas visitas, monitoramentos, os educadores(as) percebiam quais eram os conteúdos que mereciam maior destaque em sala de aula, assim, no planejamento coletivo o elencavam e cada um em sua disciplina trabalharia a parte que lhe cabia naquele determinado conteúdo, de certa forma utilizando eixos norteadores na prática pedagógica, logo os conteúdos tinham ligação, um complementava o outro, não chegava a ser uma transdisciplinaridade, mas já era algo que trabalhava a realidade concreta dos educandos(as).

Hoje em dia, segundo os educadores(as), têm o momento de planejamento coletivo, no entanto, ele não acontece, não trabalham mais com temas centrais, não se reúnem para discutir

e planejar coletivamente, na pesquisa feita com os estudantes, os mesmos disseram que sentem falta dessa articulação entre os mesmos, as expedições investigativas, ou seja, visita a campo, não estão tão frequentes quanto antes. Disseram que este tipo de atividade auxilia e complementa o aprendizado.

Alguns objetivos e metas do plano estadual de educação, mesmo a passos lentos, estão sendo alcançados na Escola Municipal do Campo São José, a título de exemplo citamos: extensão do ensino médio, inclusão de agroecologia e socioeconomia solidária no currículo, livros didáticos contextualizados para o ensino Fundamental, etc. No entanto verificamos que muitas vezes as escolas não têm autonomia em suas ações, sempre dependendo de uma decisão da Secretaria de Educação, que vem de forma vertical, hierárquica, como por exemplo, a liberação do ônibus escolar para as expedições investigativas, sendo essa uma atividade que contempla a proposta de educação do campo, porém, muitas vezes não é vista como necessária no processo educativo.

3.3. As consequências da implantação do Projeto de Educação do Campo

Para análise de dados, ou seja, para buscar compreender a dinâmica de construção, implantação e execução das políticas públicas de Educação do Campo bem como suas consequências na vivências dos princípios da Educação do Campo foi entregue um questionário a 10 estudantes do 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio, e a 3 educadores(as), pelo fato de estarem a mais tempo na escola, alguns inclusive estavam desde antes da implantação do projeto de Educação do Campo, este questionário contém questões relacionadas com o projeto de Educação do Campo:

3.3.1. Como o projeto de Educação do Campo foi implantado na Escola

Dos dez estudantes entrevistados, sistematizando suas respostas, 8 responderam que, “foi implantado em 2009, foram feitas reuniões com os pais para explicar como seria organizada a escola a partir daquele ano, com a pedagogia da alternância, com o intuito de nos aproximar da nossa realidade, mas não pediram se a gente queria ou não.” Sendo a resposta dos outros 2 alunos(as), “não sei, na época que aconteceu isso, ninguém me falou nada, só fiquei sabendo que o nome da escola mudou de Escola Municipal São José para Escola

Municipal do Campo São José e que mudaria também as aulas, que era só meio período, para o dia todo, uma semana sim e outra não”.

Foi uma novidade a implantação do projeto de EdoC, tanto para educadores(as), como veremos a seguir, como para os educandos(as), ou seja, o projeto foi simplesmente implantado, não houve uma reunião com a comunidade escolar a fim de apontarem suas reais necessidades. De acordo com a resposta da educadora A:

“foi feito uma reunião de dois dias, com os professores da escola São José e com alguns professores de uma escola de Terra Nova do Norte, que também adotou o projeto de Educação do Campo com a pedagogia da alternância, eles explicaram mais ou menos como trabalhavam, no TE e TC, além disso, não tivemos na escola nenhuma formação específica sobre a Educação do Campo”.

Na fala da educadora A, “eles explicaram mais ou menos como trabalhavam, no TE e TC, além disso, não tivemos na escola nenhuma formação específica sobre a Educação do Campo”, não ficou claro o entendimento da educadora em relação a nova proposta de organização da escola com o projeto de Educação do Campo e Pedagogia da Alternância, a possível palestra com professores(as) da Escola de Terra Nova podemos considerar como uma formação, no entanto parece não ter suprido as necessidades da Escola São José. Vejamos a resposta da educadora B sobre a implantação do projeto de Educação do Campo:

Quando foi implantado, esse programa, esse projeto nos pegou de surpresa, ficamos imaginando como um lugar tão pequeno com uma estrutura regular suportaria tal projeto ousado e até então desconhecido para todos. No intuito de garantir ao aluno educação integral e de qualidade a secretaria de educação abraçou a idéia, porém, jogou no nosso colo a responsabilidade em fazer certo. Foram realizadas reuniões nas quais nós não tivemos informações e conhecimentos para opinar, então acatamos com medo e insegurança essa ideia, mas sempre com a promessa de apoio do poder público, assim iniciou-se em nossa comunidade uma nova era no ensino. O ensino da escola do campo efetivamente no campo. (Educadora B)

Como a maioria das políticas públicas o Projeto de Educação do Campo foi implantado com o objetivo de sanar uma necessidade da comunidade, no entanto as especificidades da comunidade não foram levadas em consideração. Implantou-se o projeto, prometeu-se apoio, como nos relata a educadora B, “promessa de apoio do poder público” e não se concretizou os educadores(as) não tiveram formação, “jogou no nosso colo a responsabilidade em fazer certo”, e finge-se estar fazendo Educação do Campo, sendo que a

Secretaria de Educação não oferece as condições e nem apoio necessários a escola e educadores(as) . E a educadora C diz o seguinte:

Falando especificamente da nossa escola a implantação da educação do campo se deu de maneira arbitrária por que nossa escola é do campo mas não atende só pessoas que vivem e precisam do campo para sobreviver, nossos alunos em quase sua maioria são filhos de proprietários de fazendas que não pretendem que seus filhos tirem daí o seu sustento, os filhos estão nessa escola por comodismo e não por necessidade e daí vem os problemas. (Educadora C)

Observemos a fala da educadora C, “...nossos alunos em quase sua maioria são filhos de proprietários de fazendas...”, pela pesquisa feita na escola, e a partir de conversas informais, somente dois alunos são filhos de um fazendeiro, ou seja em sua maioria os alunos(as) são filhos(as) de assentados e filhos(as) de empregados da fazenda. Fica clara a visão de campo na perspectiva dominante nesta fala, mesmo estando a muito tempo no campo não conhece a realidade em que está inserida, observemos outro fragmento “ por que nossa escola é do campo mas não atende só pessoas que vivem e precisam do campo para sobreviver ”, na fala podemos perceber que tem uma visão de campo em que a terra serve somente como substrato, há uma relação de interesse apenas econômico com a terra, não de valores, de produção da vida.

Pela fala dos entrevistados podemos perceber que o Projeto de EdoC, no início não foi bem aceito pelo fato de ter ocorrido uma mudança um pouco brusca na organização da escola tanto que alguns educadores (as) quanto educandos (as), não sabem exatamente como e porque o projeto foi implantado. Não houve formação específica para Educação do Campo aos educadores(as), apenas algumas reuniões com os pais, somente para explicar de forma superficial como seria a organização aquele ano, o que os deixou inseguros, de acordo com a fala da educadora B, “então acatamos com medo e insegurança essa ideia”, no entanto alguns educadores(as), pais/mães e educandos(as) vestiram a camisa e se comprometeram com a causa, que apesar de todos os obstáculos gerou alguns bons resultados, os quais citaremos a seguir.

O PPP da escola enfatiza que buscando uma educação voltada para a realidade da comunidade que a escola atende, com a abertura dada pela legislação vigente e a vontade política da administração municipal, em 2009 implantou-se nas escolas rurais do município a Educação do Campo, de acordo com as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo e o parecer do CNE nº 01/2006, sendo a Pedagogia da Alternância a forma pedagógica escolhida para dar conta da organização didática da realidade do campo.

3.3.2. Princípios políticos e pedagógicos da Educação do Campo; A escola vivencia estes princípios? Por quê? Como? Onde?

Dos 10 educandos(as) entrevistados, sistematizando as respostas, 9 responderam que “ não sei exatamente quais são os princípios da educação do campo, mas antes, com a pedagogia da alternância, a escola era mais relacionada com o campo, a gente fazia visitas nas casas dos colegas, expedições investigativas”, vale destacar a resposta de um outro aluno, “ vivenciava, em partes no monitoramento indo nas casas, vendo as hortas, visitando a casa dos colegas, aprendendo sobre a nossa realidade”. Ainda que incipiente as vivências/ experiências do projeto de educação do campo, pautado pela pedagogia da alternância, como vimos, marcou a vida/aprendizagens desses estudantes. De acordo com a educadora B:

a visão da escola que se situa no campo precisa exercer o papel de articuladora entre educandos e a comunidade local, fortalecer o vínculo com a terra, utilizar o desenvolvimento local da agricultura, pecuária e agricultura familiar, como fatores de construção de conhecimentos que sirvam para que a comunidade do campo encontre a sua identidade. Utilizar os recursos naturais disponíveis, como: relevo, águas, recursos naturais, humanos, história da sua comunidade, arte e cultura, geração de renda e vida social, para que a partir de sua realidade local, possam alargar seus horizontes para a universalização.

A educadora B refletiu criticamente sobre a posição do poder público em lançar a responsabilidade nas mãos da escola com a implantação do projeto de Educação do Campo, nesse momento, demonstra em sua fala um profunda coerência com os princípios da educação do campo, de sua necessária vinculação com a realidade, os processos produtivos da vida social, natural, cultural. O grupo docente chegou a conclusão de que para as famílias aceitarem o projeto da escola, seria necessário resgatar a história e a memória de vida dessas pessoas, para que elas entendam suas trajetórias, compreendam o motivo de estar onde estão, que são parte da luta e da história do campo.

Nessa mesma perspectiva que aponta a educadora B, na “construção de conhecimentos que sirvam para que a comunidade do campo encontre a sua identidade”, uma prática que gerou bons resultados, na opinião de alguns educandos(as) e educadores(as), foi o Projeto “A Arte de Cultivar História, Memória e Identidade”, que tinha como objetivo reconstruir memórias, não no sentido de fazer um resgate do passado puro e simples, ou ainda, fazer uma descrição tal qual ocorreu, mas fazer emergir esperanças não realizadas, inscrever no presente seu apelo para um futuro diferente. Levando em consideração a história de vida das famílias

que moram no campo e dele retiram seu sustento, sua cultura, seus desafios, sonhos e identidades.

Outra ação, com o corpo docente foi a oficina do Projeto Escola Ativa, que veio depois da implantação do projeto de Educação do Campo, e proporcionou esclarecimentos sobre as questões da Educação do Campo, Legislação, Práticas, Lutas e Trajetórias, pois os textos estudados tratavam desses temas. Os(as) educadores(as) se dividiam em grupos, cada um apresentando um tema diferente, fazendo com que os professores(as) ampliassem seus conhecimentos sobre os temas referentes a Educação do Campo, obtendo melhores resultados em suas práticas pedagógicas, como podemos observar a seguir:

A educação para o meio rural brasileiro, isto é, a Educação do Campo, considerando – se as dimensões do país, a imensa diversidade que o caracteriza e a extrema desigualdade entre as oportunidades educacionais oferecidas no meio urbano e no meio rural, está a merecer uma atenção prioritária. Não faltam alternativas de solução propostas em execução, entre as quais poderíamos citar: O projeto Escola Ativa, desenvolvido pelo FUNDESCOLA/FNDE/MEC nos estados do Nordeste, Norte e Centro-oeste, centrado nas denominadas escolas multisseriadas localizadas no meio rural e que se contam por milhares; segundo conhecimento específico do relator do projeto tem sido avaliado positivamente. (BRASIL, 2012)

Embora o corpo docente da escola tenha buscado, por si só, compreender os princípios da Educação do Campo, com todos os seus desdobramentos para um melhor desenvolvimento das ações dentro e fora da escola, não foi o suficiente, o que necessitavam mesmo era de uma formação específica para a Educação do Campo. No dia 11/03/2011 O coordenador de Educação do Campo da Secretaria de Estado da Educação, Rui Silveira fez uma reunião com educadores(as), coordenação e direção das escolas do campo no município, trazendo algumas informações acerca das políticas públicas do governo do Estado e orientações curriculares. (Prefeitura Municipal de Nova Mutum). Porém, consideramos não ser suficiente uma tarde de conversas quando o assunto se trata de educação.

Em relação ao processo de ensino aprendizagem, os Educadores(as) dizem que o afastamento dos pais/mães da escola acarreta a falta de acompanhamento do desenvolvimento escolar dos alunos(as) e, as longas distâncias que os alunos(as) precisam percorrer no transporte escolar, a falta de laboratórios para a complementação do processo ensino aprendizagem entre outros, afetam o aprendizado dos educandos(as). “A escola busca sempre chamar os pais/mães para reuniões, conversas, prestação de contas, mas poucos pais aparecem, ou porque estão plantando, ou colhendo, mas nem todos comparecem, sempre estão ocupados com seus afazeres no sítio, ou fazenda” (Educadora B). Faltam estratégias da

escola para ir até os pais, motivá-los a participar das reuniões saber o que a escola está fazendo, como está fazendo, para avaliar o projeto de EdoC em relação a proposta da Pedagogia da Alternância, a gestão da escola fez reuniões em casas nos assentamentos, a fim de conseguir o máximo de participação de pais/mães possível, a experiência foi muito válida e deve ter continuidade.

3.3.3. A dificuldades encontradas ao decorrer da implantação do projeto

Como podemos observar, as dificuldades foram muitas, no entanto a gestão da escola sempre buscou formas de solucionar os problemas. A primeira ação foi ouvir a comunidade escolar, buscando agora, compreender as necessidades e inquietações das famílias. Não se pretendia abolir o projeto, mas readequá-lo, principalmente na questão da Pedagogia da Alternância, pois alguns pais acreditavam que os filhos(as) não tinham bom rendimento escolar por conta dos dias que ficavam ociosos em casa.

A partir das reuniões com a comunidade escolar, ficou definido que o Projeto de Educação do Campo não seria abolido da Escola Municipal do Campo São José, mas que sofreria algumas adequações, principalmente no trabalho desenvolvido em Tempo Comunidade, solicitado pela comunidade escolar e pelo corpo docente como podemos observar nas atas das reuniões:

Ata nº 4, da Reunião com pais dos alunos do Assentamento Maria Oliveira I, das sugestões sobre o projeto da Escola Municipal do Campo São José e Pedagogia da Alternância [...] para os pais os maiores desafios é dar uma faculdade para os filhos, dificuldade em se locomover até o lugar dos cursos, meios de transporte. Quanto aos filhos deveriam ser formadores de opinião. Em relação ao papel da escola o que está bom e o que pode ser alterado: mudar o tempo de monitoramento, atividades no pátio, análise do solo, o pai comenta que se propõe a ajudar para que a filha aprenda mais português, matemática, enfim os princípios básicos fundamentais de conhecimento e aprendizagem para que permaneça no campo, falta de respeito dos alunos para com o professor, mais organização durante as aulas monitoramentos [...] Pergunta: Querem que continue a Pedagogia da alternância? Querem que volte o modelo ao modelo de educação anterior? Todos os pais presentes concordam com o novo projeto da Pedagogia da Alternância, porém com as mudanças sugeridas

Esta primeira reunião foi feita com pais do Assentamento Ribeirão Grande, e como podemos observar a Pedagogia da Alternância não era um problema por si só, percebemos

que o maior anseio era em relação a organização do tempo comunidade e oficinas, o que necessitava de uma formação aos educadores para buscar sanar essas dificuldades, a gestão da escola encaminhou que juntamente com a Secretaria Municipal de Educação, avaliaria as propostas e faria as mudanças pertinentes. Na próxima ata da reunião feita também com pais/mães do assentamento percebemos a mesma preocupação.

Ata nº 5, da Reunião com pais do Assentamento Ribeirão Grande, aos três dias do mês de setembro de dois mil e dez [...] fala sobre a Educação do Campo e a Pedagogia da Alternância, reunião com pequenos grupos, bate papo com os pais, objetivo é buscar a interação dos alunos com o espaço do campo, onde vivem e a escola em interação conjunta. [...] os pais colocam que a comunidade onde vivem é de assentados, sua produção maior é a continuidade dos estudos de seus filhos, faculdade, a dificuldade de sobrevivência no campo, que os filhos continuem aqui, conheçam a cidade mas não esqueça suas raízes, a família deve conversar com seus filhos sobre não ter vergonha de ser do campo, ter orgulho de ser honesto, viver do seu suor, coloca uma mãe. A diretora coloca sobre a pesquisa na própria terra o que produzem, através das expedições investigativas, isto é uma grande diferença conhecer o próprio local onde vive [...] o que precisa ser mudado: o monitoramento deveria ser na escola, trabalhar no concreto, mais tempo estudar o terreno, ficar o dia todo para isso estudar a proposta se organizar, organizar as rotas, colocar as tarefas em tempo comunidade, rural, o papel da escola na comunidade, incentivar a gostar do lugar onde vive [...] Os pais querem que continuem a Pedagogia da alternância? Ou querem que volte o antigo modelo de educação? Eles gostam dessa forma de trabalho, os alunos podem ajudar nos trabalhos dos sítios, podem descansar, fazer as tarefas, esse projeto garante aos alunos chegarem de dia, claro em casa. Oportunidade de fazer oficinas de informática, ambiente, dança e desenho. Fazer artesanato nos monitoramentos, com troca de conhecimentos, trabalhos manuais e culinários.

Como podemos perceber no fragmento da ata acima, existe por parte dos pais uma preocupação muito grande em relação a formação de seus filhos(as), querem que valorizem o lugar onde vivem, se reconheçam como sujeitos do campo. Estudar, se formar e trabalhar é um anseio dos pais/mães a seus filhos(as), mas vemos também a vontade de que permaneçam no campo, “ não esqueça suas raízes, a família deve conversar com seus filhos sobre não ter vergonha de ser do campo, ter orgulho de ser honesto, viver do seu suor, coloca uma mãe”. Aqui está evidente no pensamento dessa mãe o trabalho como princípio educativo, nesse sentido:

é fundamental socializar, desde a infância, o princípio de que a tarefa de prover a subsistência, e outras esferas da vida pelo trabalho, é comum a todos os seres humanos. Evita-se, desta forma, criar indivíduos ou grupos que exploram e vivem do trabalho de outros. Estes, na expressão de Gramsci, podem ser considerados **mamíferos de luxo** – seres de outra espécie que acham natural explorar outros seres humanos (Reck, 2013 pg. 57)

Ainda destacamos a seguinte fala, “dessa forma de trabalho, os alunos podem ajudar nos trabalhos dos sítios, podem descansar, fazer as tarefas, esse projeto garante aos alunos chegarem de dia, claro em casa”. Essa é a escola do campo, que permite que os filhos possam permanecer na companhia da família por mais tempo, considerando, que no cotidiano, no convívio eles aprendem, não só da produção, mas os valores, o próprio gosto pela vida campesina. Já na próxima ata essa pretensão não aparece tão presente:

Ata nº 6, da Reunião de pais moradores da vila, aos dias quatro do mês de setembro de dois mil e dez [...] sugestões dos pais quanto a proposta pedagógica: o estudo está muito cansativo, os alunos ficam desinteressados, na sexta-feira estão cansados, as oito horas por dia cansa demais, na semana de monitoramento ficam ociosos, o pai coloca que no monitoramento ficar mais tempo, fazer tarefas diferenciadas, não só olhar as plantas nas expedições investigativas[...] Pedagogia da Alternância, o pai questiona qual o ponto positivo, respondemos que é o ensino teoria e prática, tempo de viagem dos alunos que moram no Assentamento e hoje eles chegam e saem mais cedo de casa, melhorando seu bem estar, sugerem que os alunos venham um dia do 1º e 2º ciclos, no outro 3º ciclo e Ensino Médio, pedem que volte quatro horas, no antigo modelo de Educação, eles acreditam que antes os alunos aprendiam mais, porque vinham todos os dias nas aulas[...]

Nesta reunião feita com pais moradores da vila, e conversas informais na Comunidade São Manoel, percebemos que os pais/mães não demonstram muito interesse nesta proposta pedagógica, dizem que no Tempo Escola “o estudo está muito cansativo, os alunos ficam desinteressados, na sexta-feira estão cansados, as oito horas por dia cansa demais” e no Tempo Comunidade, “na semana de monitoramento ficam ociosos”, uma vez que “acreditam que antes os alunos aprendiam mais, porque vinham todos os dias nas aulas”.

Diante das atas e frente aos questionamentos levantados nas reuniões, a gestão escolar juntamente com SME decidiram que a escola não trabalharia mais com a pedagogia da alternância e buscou organizar melhor os tempos, sendo que os alunos(as) teriam aulas todos os dias das sete ao meio dia, e duas vezes por semana, profissionais da Secretaria de Esporte e Cultura ministrariam oficinas de dança, desenho, violão e esporte. A maioria dos pais /mães aprovaram a mudança.

3.3.4. A política para a Educação do Campo está sendo efetivada, monitorada e avaliada

A falta de “avaliação” da implementação e execução do projeto de Educação do Campo, como podemos observar nas falas a seguir, faz com que as dificuldades permaneçam, pois não há um monitoramento dos trabalhos realizados na escola, e acaba que a palavra campo, está só no nome. Alguns educadores(as) têm buscado formas de sanar essas dificuldades, no entanto não é o bastante, necessitam de apoio pedagógico, uma formação específica para complementarem suas práticas.

Educadora A: “É cobrando diretamente dos professores rendimentos escolares de forma que as visitas para as cobranças são mais frequentes ultimamente.”

Educadora B: “Não existe um monitoramento efetivo. E quando a avaliação deveria ser avaliada por pessoas que estão realmente participando do processo.”

Na fala da educadora B, destacamos que é necessária a avaliação ou “monitoramento efetivo” do projeto, pois é de extrema importância que saiba onde está o erro, e se ele realmente existe, procurar formas de solucioná-lo. A falta de um método de avaliação faz com que haja uma maior propensão a reprodução de erros, todo processo educativo deve ser avaliado de forma que existam metas e objetivos a serem alcançados, percebendo erros e elencando acertos, assim crescendo nos processos educativos. Não basta apenas implantar um projeto de Educação do Campo para dizer que se está fazendo Educação do Campo, esse processo é muito mais complexo, os educadores merecem o mínimo de apoio e condições de trabalho necessárias para desenvolver um bom trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises e observações consideramos que não podemos, concluir esse trabalho, sempre poderão ser feitas complementações. Vale ressaltar que em tudo que fizemos, há avanços e retrocessos, neste, um dos limites foi a coleta de dados, pois para compreender a dinâmica de construção, implantação e execução das políticas públicas de Educação do Campo em Nova Mutum, seriam necessárias entrevistas com representantes do poder legislativo (prefeito, vereadores), além de representantes da Secretaria de Educação da época em que o projeto foi implantado, bem como representantes atuais. Foram feitos contatos formais, no entanto sem nenhum sucesso, comprometeram – se em responder as questões da entrevista, mas não obtivemos retorno.

No entanto, a partir dos dados que temos, percebemos que como a maioria das políticas públicas, o projeto de Educação do Campo foi implantado na Escola Municipal do Campo São José de “cima para baixo”, sem estrutura e formação específica aos professores(as), apenas como uma forma de dizer que alguma coisa está sendo feita, fingi-se estar fazendo alguma coisa, e acaba que a palavra campo está só no nome da escola. Uma vez que os princípios da EdoC não estão sendo verdadeiramente vivenciados, como a gestão democrática, decisões coletivas, desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, flexibilidade na organização escolar, etc. nem sempre por falta de interesse e comprometimento do corpo docente.

Alguns iniciativas e projetos obtiveram resultados satisfatórios, quando a escola trabalhava com a Pedagogia da Alternância nos anos de 2009 e 2010, o projeto “A Arte de Cultivar História, Memória e Identidade”, em que no Tempo Comunidade os alunos(as) faziam o resgate de suas histórias de vida a partir da construção das árvores genealógicas. Segundo Caldart (apud Reck, 2013pag...) há três tarefas importantes que a escola pode assumir na perspectiva de cultivar e fortalecer os processos de enraizamento humano e uma delas é:

Memória: a escola é um lugar muito próprio para recuperar e trabalhar com os *tesouros do passado*. Celebrar, construir e transmitir, especialmente às novas gerações, a memória coletiva, ao mesmo tempo em que buscar conhecer mais profundamente a história da humanidade. É o que chamamos no MST de *pedagogia da história*.

Esta atividade fez com que os sujeitos envolvidos conhecessem sua história e reconhecessem como sujeitos do campo, valorizando sua identidade. Pois o campo é diverso, é lugar de vida, de gente, de saberes, de diversidade e deve ser respeitado, valorizado. A ideia de que campo é ruim, sinônimo de pobreza e miséria e a cidade como sendo o progresso, deve ser superada, pessoas que pensam assim tem uma visão muito pequena e simplista do que vem a ser o campo (RECK, 2013). Apesar de ser um projeto muito significativo, nem todos(as) os(as) alunos(as) conseguiram se perceber e reconhecer como sujeitos do campo. Sabem que necessitam do campo para sobreviver, mas não aceitam a ideia de serem sujeitos do campo, sonham com uma vida boa na cidade.

Muitos foram e são os desafios enfrentados pela comunidade escolar ao decorrer da implantação do projeto de Educação do Campo, falta de formação específica aos profissionais, que apesar de estarem no campo há algum tempo não conheciam, e alguns ainda não conhecem os princípios políticos e pedagógicos da EdoC, falta de estrutura, materiais didáticos adequados e contextualizados, deixando os educadores(as) sempre a mercê da sorte. Como implantam um projeto sem o mínimo de condições necessárias para desenvolver um bom trabalho? A escola trabalha com o projeto de EdoC há 4 anos, e apenas neste ano letivo que chegaram para o Ensino Fundamental livros específicos para o campo, sempre tiveram que garimpar conteúdos aqui e ali, obviamente que não poderão ficar presos ao livro didático, mas alguma base para pesquisar e aprofundar, penso ser necessário.

No ano de 2011, a partir de reuniões com pais/mães, a Pedagogia da Alternância foi retirada da escola, mas o projeto de Educação do Campo continuou. Alguns pais/mães e alunos(as) argumentaram que estudando uma semana sim e outra não, na semana em que os alunos(as) ficavam em casa, esqueciam o que aprendiam. Percebemos que os alunos(as) também não tinham muito compromisso com os estudos, uma vez que não revisavam os conteúdos estudados em sala de aula. E por falta de conhecimento e/ou interesse alguns educadores(as) não sabiam como lidar com isso, acabando que cada um desempenha apenas seu papel de continuar isolado(a) na sua sala de aula, preso(a) ao livro didático ministrando apenas sua aula.

Muitos são os desafios, limites a serem enfrentados, professores(as) e alunos(as) desmotivados(as), falta de apoio, formação específica e infra-estrutura:

O poder público, portanto, está com uma grande demanda para melhorar a qualidade nessas escolas. Diante das precariedades de condições de infra-estrutura e

pedagógicas, nos dá a noção clara, do porque, a escola do campo continua do jeito que está, historicamente, relegada nos marcos das constituições e nos marcos das políticas públicas ao longo da história.(RECK, 2013)

Logo a Educação do Campo compreende que os sujeitos possuem história e saberes, saberes estes que precisam ser valorizados, complementando os saberes científicos, sempre temos alguma coisa para aprender e também sempre podemos ensinar algo, como já dizia Paulo Freire “não há saberes mais nem saberes menos, o que há são saberes diferentes”. Devemos incorporar não só no currículo, mas no cotidiano da escola a cultura da justiça social e da paz almejando um projeto de transformação social, uma vez que nos formamos seres humanos a partir, principalmente, das relações sociais, entre seres humanos e natureza.

Os gestores das escolas muitas vezes não sabem como agir perante uma mudança como a implantação do projeto de Educação do Campo, então devem buscar formas de saber exatamente o que a lei nos garante, ou deveria garantir, para lutar por seus direitos. Uma vez que em alguns casos o corpo docente e gestão da escola não tem ciência do que podem ou não exigir, justamente por não conhecer as leis, conhecendo nossos direitos podemos buscar meios eficazes de luta para garanti- los.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel e FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica o movimento social do campo. Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo**. São Paulo, SP: Vozes, 1999.

Brasil. Ministério da Educação. **Educação do Campo: marcos normativos**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI.. 2012

BUSS, Maria Aparecida Ferreira. **Projeto Político Pedagógico Escolas Públicas Municipais de Terra Nova**. Terra Nova do Norte, MT: Prefeitura Municipal de Terra Nova e Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, 2010.

CALDART, R. S. – **Por uma educação básica do Campo: traços de uma identidade em construção**, in KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R. e CALDART, R. S. (orgs.) **Educação do Campo: Identidade e políticas Públicas**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo. Coleção por uma Educação do Campo, nº 4, 2002 pp.25-36.

_____. **Educação do campo. Notas para uma análise de percurso**, 2010.

CORTEZAN, Luzinei Lorenti. SANTOS, Ricardo Martins. **Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal São Pedro**. Terra Nova do Norte, MT: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, 2010.

MOLINA, Monica Castagna. **Políticas Públicas; Educação do Campo** in: **Dicionário da Educação do Campo**. CALDART, Roseli Salete, et al. (org) – São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

Documento Final da I Conferência Nacional de Educação do Campo. Luziânia, 1998.

Documento Final da II Conferência Nacional de Educação do Campo. Luziânia, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro. Formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem terra –MST. 1979-1999**. Universidade de São Paulo, 1999. (Tese de Doutorado).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido** 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FRIGOTO, Gaudêncio. **Escola e Trabalho numa perspectiva histórica: contradições e controvérsias**. In revista de Ciências da Educação, nº 9. Mai/Ago 09.

<http://www.brasilecola.com/brasil/mato-grosso.htm> as 9:29 dia 23/11/13

KOLLING, Edgar Jorge. NÉRY, Irmão. MOLINA, Mônica Castagna. (org). **Por uma educação**

básica do campo (memória). Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1999.

LODI, Lucia Helena. **Ética e cidadania: construindo valores na escola e na sociedade.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos: Ministério da Educação, SEIF, SEMTEC, SEED, 2003. p. 8.

PDA – **Projeto de desenvolvimento Agrário**, das famílias Assentadas no Projeto de Assentamento Ribeirão Grande III.

PERIPOLLI, Odimar J. **Expansão do Capitalismo na Amazônia Norte Mato-Grossense: a mercantilização da terra e da escola.** Tese de Doutorado. Porto Alegre, 2009.

PISTRAK, Moisey Mikhaylovich. **Fundamentos da Escola do Trabalho.** São Paulo: Expressão Popular, 2000.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **Orientações Curriculares para a educação do campo no estado de Mato Grosso.** Cuiabá, MT: Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso/ Secretaria Adjunta de Políticas Educacionais/Superintendência de Diversidades Educacionais. 2007.

RECK, Jair. **A consciência política dos cooperados do MST: o caso da COOPAC-Campo Verde (MT)** – (Tese) Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2005.

_____. **Novas Perspectivas para Educação do Campo em Mato Grosso, contexto e concepções: (Re) Significando a aprendizagem e a vida.** Cuiabá, MT: Defanti, 2007.

_____. **Epistemologia da educação do campo no Brasil: história, políticas, concepções e princípios.** No prelo. EdUFMT, 2013.